



# A Santa Sé

---

VIAGEM APOSTÓLICA DO SANTO PADRE À ÁFRICA  
(2-12 DE MAIO DE 1980)

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II**  
**AO SENHOR DENIS SASSOU-NGUESSO**  
**PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DO CONGO**

*Brazzaville, 5 de Maio de 1980*

*Senhor Presidente*

1. Ao chegar a Brazzaville, e em resposta às amáveis palavras de Vossa Excelência, senti-me feliz em expressar a minha alegria bem viva por esta visita ao Povo Conguês, aos seus dirigentes e à Igreja católica que vive no país. Como de novo se me apresenta a possibilidade, queria renovar os meus sentimentos de gratidão e aproveitar a oportunidade para formular alguns pensamentos na moldura do presente encontro, encontro no qual deposito muitas esperanças.
2. Não é, de facto, a primeira vez que o Papa pode conversar com o Chefe de Estado Conguês e dizer-lhe com simplicidade o que mais profundamente tem no coração? É verdade que, desejosas de reforçar as suas relações de amizade, a Santa Sé e a República Popular do Congo estabeleceram relações diplomáticas, e têm agora representantes acreditados, cuja missão é exactamente promover um diálogo permanente, útil para a compreensão mútua e benéfico, uma vez que participa de um espírito de cooperação leal. Felicito-me pessoalmente por ter recebido a semana passada no Vaticano o vosso Embaixador, que doravante se fará o intérprete do Governo e poderá, em troca, expor-lhe as vistas da Santa Sé.
3. Mas, além deste instrumento habitual de diálogo, que nós todos desejamos seja eficaz, parece que um contacto directo, como este, encerra em si uma aptidão especial para se desenvolver o clima sereno e construtivo que deve reinar entre nós.

Este contacto convida ao respeito mútuo. Dá-se entre os responsáveis de duas entidades diferentes. A Igreja é instituição espiritual, embora a sua expressão seja também social; situa-se para além das pátrias temporais, como comunidade de crentes. O Estado é expressão da autodeterminação soberana dos povos e das nações, e constitui realização normal da ordem na sociedade; é nisto que está a sua autoridade moral (cfr. [a minha alocução ao Corpo Diplomático junto da Santa Sé, 12 de Janeiro de 1979](#)). Tomar consciência desta diferença de natureza evitará toda a confusão e permitirá que se proceda com clareza.

Isto significa reconhecer o carácter próprio da Igreja, que não depende de alguma estrutura civil ou política. E significa reconhecer ao Estado o direito de exercer soberanamente a sua autoridade no próprio território, e aos seus dirigentes a responsabilidade de trabalharem para o bem comum das populações de que são mandatários. A ideia mesma de soberania, constituída por direitos e deveres, implica independência política e possibilidade de decidir sobre o destino de maneira autónoma (cfr. *ibid.*). Onde mais que na África convinha recordá-lo? Este continente viu, durante uns vinte anos, um número elevado de nações chegar à soberania. Tomar nas mãos o próprio destino é questão ao mesmo tempo de dignidade e de justiça. O processo foi por vezes difícil; e ainda não terminou em toda a parte; supõe também que as populações possam realmente participar nessa responsabilidade.

4. Entre a Igreja e o Estado, por conseguinte, encontra-se aqui o fundamento da estima mútua, que se traduzirá pelo respeito do campo próprio de cada um, próprio porque as naturezas de ambos são diferentes. O Estado pode estar seguro da colaboração leal da Igreja, sempre que se trate de servir o homem e contribuir para o seu progresso integral. E a Igreja, em nome da sua missão espiritual, pede por seu lado a liberdade de se dirigir às consciências, assim como a possibilidade para os crentes de professar publicamente, de alimentar e anunciar a fé que têm. Sei, Senhor Presidente, que vós compreendestes esta aspiração, a qual não poderia prejudicar de maneira nenhuma a soberania do Estado de que sois defensor. A liberdade religiosa está, com efeito, no centro do respeito de todas as liberdades e de todos os direitos inalienáveis da pessoa. Muito contribui para salvaguardar, para o bem de todos, o que é o essencial de um povo como de um homem, isto é, a sua alma. É uma felicidade que os Africanos se interessem muito pela própria alma.

5. Falava eu, há instantes, do serviço do homem. Eis nele um objectivo sobre o qual é permitido dialogar. Eis um ideal que poderíamos qualificar de comum entre a Igreja e o Estado. Merece da nossa parte uma atenção sempre nova. Os meus votos estão em que as conversações, que já se realizaram sobre este ponto, tanto a nível local, com os pastores responsáveis pela Igreja no Congo, como também entre as Autoridades da República e a Santa Sé, continuem de maneira mais frequente e mais aprofundada. Não há dúvida que elas se poderão manifestar proveitosas e úteis para esta grande causa.

Saúdo-vos respeitosamente e peço ao Todo-Poderoso ajude Vossa Excelência, e as altas

personalidades aqui presentes, no serviço que prestam à comunidade humana conguesa.

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana